

CAPÍTULO 3

DESENVOLVIMENTO RURAL E O FUTURO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA LITERATURA BRASILEIRA

Vanderlei Franck Thies

RESUMO

A passagem do último milênio demarca alterações expressivas nos debates sobre desenvolvimento rural no Brasil e, especialmente, desde os anos 1990 ganham relevo os estudos que utilizam, ainda que de forma controversa, a agricultura familiar como categoria de análise. O objetivo do presente ensaio é mapear e analisar diferentes vertentes interpretativas brasileiras sobre desenvolvimento rural, com ênfase em discutir o papel e as possibilidades de futuro atribuídas aos agricultores familiares. O trabalho foi realizado com base em revisão da literatura brasileira e aglutina as interpretações em três grupos. Os dois primeiros são inspirados nas abordagens neoclássica e marxista e apontam futuro pouco promissor para parte expressiva dos agricultores familiares. Já na vertente denominada camponesa, em que se atribui maior relevo as questões culturais e a diversidade do campesinato, o futuro de tal categoria social mostra-se mais promissor.

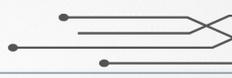
PALAVRAS-CHAVE: Campesinato. Agricultura Familiar. Desenvolvimento Rural. Reprodução Social.

1. INTRODUÇÃO

A passagem do último milênio demarca alterações nas abordagens e temas de investigação das ciências sociais sobre o rural, especialmente desde a emergência da sociologia da agricultura, que vai chegar de forma mais efetiva ao Brasil a partir dos anos 1990 (SCHNEIDER, 1997). Segundo esse autor, as décadas finais do século XX são marcadas pela efervescência de temáticas inovadoras e de novas abordagens teórico-metodológicas no estudo dos fenômenos rurais.

O debate brasileiro sobre as transformações rurais tem considerável impulso nos anos 1990, inserindo diversas dimensões das relações sociais na agricultura como temas de pesquisa. Os trabalhos de Veiga (1991) e Abramovay (1992) são referências iniciais de uma nova etapa, ao incluir um leque mais amplo de possibilidades teóricas e de novos temas nos estudos dos fenômenos rurais, que crescem e se diversificam ainda mais no período seguinte. Conforme Niederle *et al.* (2015), uma das marcas desse período é a emergência de uma nova categoria sociopolítica no meio rural: a agricultura familiar.

Nos anos 2000 amplia-se a visibilidade das diferentes formas e configurações dos espaços rurais, tendo contribuído de forma marcante o estudo INCRA/FAO (2000), que também impulsiona novas abordagens nos estudos, onde a heterogeneidade ganha destaque, como elemento relevante na ponderação. Novos temas são incluídos nas pautas, como gênero



e juventude no campo, alternativas aos padrões produtivos impulsionados pela modernização da agricultura, as políticas públicas diferenciadas, o tema da diversidade e da heterogeneidade nos espaços rurais, os conflitos socioambientais, etc. Especial espaço tem ocupado na agenda de pesquisa contemporânea os trabalhos que abordam os sujeitos do campo, considerando sua capacidade de agência e o papel ativo dos agricultores, seja nos processos de inserção nos mercados ou na construção de suas estratégias de reprodução social.

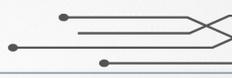
Em 2009, com a publicação dos dados do Censo Agropecuário de 2006, uma profusão de análises é realizada com base naquelas informações, especialmente pela possibilidade da separação dos agricultores familiares dos demais. Desde aí amplia-se a controvérsia relacionada ao tamanho e o futuro da agricultura familiar. Um exemplo dessa contenda é representada nos resultados dos estudos de França *et al.* (2009) – impulsionados desde o Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD/MDA) e aqueles apontados pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), associada à Confederação Nacional da Agricultura.

Nesse contexto, o objetivo do presente estudo foi mapear algumas das principais interpretações brasileiras sobre as dinâmicas das transformações rurais, apresentando suas características e limites, destacando especialmente as formulações relacionadas ao papel e ao futuro atribuído aos agricultores familiares. Não se desconsidera a grande diversidade de formulações em relação à diferenciação e a reprodução social dessa categoria sócio política, tampouco os riscos implícitos em um processo de generalização e aglutinação de diferentes formulações. Todavia, considera-se relevante tal empreitada pois, como se demonstrará, as diferentes interpretações demarcam não apenas distintos campos analíticos. Elas também apontam diferentes perspectivas de futuro para essa categoria social, o que opera como um sinalizador para as políticas públicas e para as prioridades de investimento.

O procedimento para realização do trabalho foi a pesquisa bibliográfica, com foco na revisão da literatura brasileira sobre o tema. O artigo está organizado em cinco seções, contando-se essa introdução e considerações finais. Na segunda e terceira seção apresenta-se as formulações fundadas na perspectiva neoclássica e marxista, onde o futuro da agricultura familiar não é muito promissor. Na quarta seção apresenta-se a vertente camponesa, que atribui maior resiliência histórica e possibilidades de futura existência para tais agricultores.

2. A INSIGNIFICÂNCIA PRODUTIVA DA PEQUENA AGRICULTURA

A primeira vertente interpretativa é bastante presente na literatura sobre agricultura familiar no Brasil nos dias de hoje. Uma das publicações marcantes é o texto de Alves e Rocha

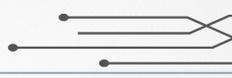


(2010), que tem como tema de fundo a capacidade de reprodução social da agricultura familiar, a viabilidade da reforma agrária e a eficácia das políticas públicas para o meio rural. A análise se alinha com os postulados que argumentam pelo processo crescente de concentração da produção, diferenciação entre produtores e de migração para as cidades de parte significativa da população rural. Os autores defendem a necessidade de políticas públicas diferenciadas (agrícola, ou assistencialista) de acordo com o perfil de três grupos de agricultores, configurados de acordo com o valor da produção total. Os dados considerados por estes autores foram extraídos, principalmente, do Censo Agropecuário 2006.

De acordo com Alves e Rocha (2010), o primeiro grupo é composto por 8,19% dos estabelecimentos rurais (cerca de 420 mil), produziu dez ou mais salários mínimos (SM) e foi responsável por 84,89% do valor da produção total. Tal grupo representaria o segmento mais viabilizado da agropecuária, estando bem articulado politicamente e demanda políticas gerais. Nesse grupo, os que produziram mais do que 200 SM mensais (0,43% dos estabelecimentos) responderam por 51,34% da produção total, evidenciando grande concentração. O segundo grupo representa 18,86% dos estabelecimentos (cerca de um milhão), produziu entre dois e dez SM/mês e gerou 11,08% do valor da produção total. Esse grupo representaria um segmento em dificuldades, mas com viabilidade, dependendo de políticas diferenciadas, sendo relativamente bem articulado politicamente. O terceiro grupo produziu entre zero e dois SM/mês e agrupa 72,95% dos estabelecimentos rurais (cerca de 3,7 milhões, sendo aproximadamente metade deles no Nordeste). Esse grupo gerou 4,03% da produção total, evidenciando pequena contribuição relativa, frente à magnitude do número de estabelecimentos que engloba. Metade do terceiro grupo produz entre zero e meio SM/mês o que, ao todo, corresponde a menos de um por cento da produção total. Segundo esses autores, esse grupo teria poucas chances na atividade agropecuária, sendo necessárias políticas de caráter assistencial, para retardar sua migração para os centros urbanos, considerada inevitável.

Ao analisar a distribuição da renda total entre agricultores familiares entre os censos de 1996 e 2006, Guanziroli *et al.* (2012) apontam que ocorreu um processo de concentração dentro do setor, com ampliação da participação na renda total do grupo dos agricultores familiares consolidados e redução entre os grupos de transição e periféricos. Segundo esses autores, isso decorre do maior grau de especialização produtiva e do maior acesso ao Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Os argumentos de Alves e Rocha (2010) apontam para a irrelevância e inviabilidade da “pequena agricultura” em termos produtivos, considerando inviável a obtenção de renda apenas

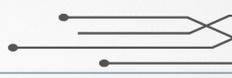


pela via agrícola para o terceiro grupo. Nesse sentido seria necessário “ganhar tempo”, para que esse contingente possa ser gradativamente absorvido pelas cidades. Os autores consideram essa migração inevitável. Em relação às políticas Guanziroli *et al.* (2012) também apontam que, para o grupo dos agricultores familiares mais pobres, a recomendação seria políticas focalizadas, com recorte mais social e agrário do que agrícola.

O texto de Alves e Rocha (2010) permite olhar a agricultura brasileira desde a variável volume da produção, embora não permita, pela observação dessa variável, saber onde se encontra o segmento da agricultura familiar. Os autores parecem pressupor que ela esteja entre o segundo e terceiro grupo, mas esse enquadramento teria que ser qualificado. Essa é uma fragilidade da análise, já que o recorte analítico proposto classifica a agricultura em pequena, média e grande, segundo o valor da produção. Em termos quantitativos esse enquadramento é bastante funcional. Porém, em termos qualitativos, esse tipo enquadramento simplifica a diversidade das formas da agricultura familiar, apesar de oferecer importantes elementos parciais para a análise das dinâmicas atuais do desenvolvimento rural.

Outra fragilidade da análise de Alves e Rocha (2010) é subestimar a estrutura fundiária e o acesso à terra, visto ser esse um fator fundamental para a atividade agrícola. Além disso, a análise poderia ser complementada com o cruzamento dos dados desses grupos de estabelecimento com outras variáveis relevantes para a viabilidade e rentabilidade das atividades agropecuárias, como o acesso a assistência técnica, crédito e mercados.

Outro relevante trabalho nessa vertente analítica é o texto de Buainain *et al.* (2013). Sua primeira tese sustenta a existência de uma nova etapa na história agrícola e agrária, iniciada no final dos anos 1990, que institui uma irreversível dinâmica produtiva e econômico-social e uma radical mudança no padrão de acumulação na agricultura. Nela ocorreria o rebaixamento da importância relativa da terra, como fonte de formação e apropriação da riqueza, especialmente importante antes dos anos 1980. Nesse novo padrão de acumulação a centralidade do processo de produção e acúmulo é ocupada pelo capital, que passa a ser o elemento dinamizador do desenvolvimento agrícola e agrário. Disso decorre a profissionalização da gestão, a ampliação do ambiente concorrencial e elevação da inovação tecnológica a mecanismo principal de crescimento da produção, o que é evidenciado pela elevação da produtividade total dos fatores. Como consequência desse regime de acumulação e sob essa lógica tecnológica, torna-se inevitável a especialização produtiva, os aumentos de escala, a concentração da riqueza agropecuária e a diferenciação social entre os produtores.

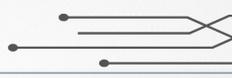


Conforme Buainain *et al.* (2013) daí decorre a centralidade da inovação tecnológica, colocando em evidência o papel da indústria, que estreita fortemente seus laços com a agricultura. Os autores destacam os limites representados pelos ajustes regulatórios a ação da indústria de insumos agropecuários, que deve se conformar a novas restrições institucionais e a pressão de grupos sociais que advogam por interesses específicos, a exemplo das causas ambientais. Consideram quimérica e inexistente as tecnologias alternativas ao modelo.

A terceira tese alinha os argumentos de Buainain *et al.* (2013) com Alves e Rocha (2010), sustentando a ocorrência de um processo bifronte nessa nova fase do desenvolvimento agrário. As marcas desse processo são a concentração da produção num pequeno grupo de produtores especializados em um extremo e, no outro, o grupo majoritário de estabelecimentos pequenos e até médios que, frente ao novo ambiente concorrencial, auferem rendas em níveis que colocam em questão sua viabilidade econômica e existência futura.

Consoante a essa nova dinâmica, temas como a reforma agrária perdem o sentido, dada a predominância da intensificação tecnológica, tanto para o crescimento da produção como da produtividade, bem como para a explicação do dinamismo da agropecuária. Também o Estado, como indutor das transformações rurais perde espaço para os atores privados, que passam a ser os principais protagonistas do desenvolvimento, seja no financiamento, provisão de insumos tecnológicos, assistência técnica, comercialização e gestão de risco. Outra marca dessa corrente analítica é a contumaz crítica as políticas públicas. Conforme Buainain *et al.* (2013), em termos relativos, a participação do Orçamento da União nos gastos públicos destinados à agricultura foi reduzida substancialmente, ainda que seja crescente o volume total de recursos. Para tais autores, muitas das políticas públicas impulsionadas pelo Estado são fragmentadas, improvisadas e sem objetivos estratégicos, o que revelaria o desconhecimento dos seus proponentes das tendências do desenvolvimento agrário brasileiro.

Conforme Buainain *et al.* (2013), nos países de capitalismo avançado ocorreu um processo de afastamento dos capitalistas do campo, devido à menor rentabilidade da atividade agrícola, que abre espaço para a consolidação de uma classe média de produtores rurais de menor porte, genericamente denominada de agricultores familiares, como principal esteio da atividade agrícola. Em tais países, o Estado adota diversas políticas de proteção ao conjunto da pequena produção rural, o que não ocorre no Brasil. Isso induz a tendência de migração dos filhos nos estabelecimentos de menor porte econômico, devido ao elevado custo de oportunidade e pela redução da oferta de trabalho contratado no campo.



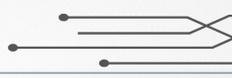
Por último, Buainain *et al.* (2013) apontam que nunca houve no Brasil uma política de desenvolvimento rural e que a ação governamental para o campo tem sido inadequada. Isso gera um processo de esvaziamento demográfico do campo, o predomínio da agricultura de larga escala, com alta eficiência produtiva e tecnológica, posicionando o país como o maior produtor mundial de alimentos. A grande questão apontada pelos autores, frente a essas tendências, é o que a sociedade brasileira deseja em relação ao futuro dos pequenos e médios produtores rurais e em relação às consequências das tendências apontadas nas sete teses.

Em termos sumários, destaca-se dessa corrente interpretativa dois grandes argumentos em relação às dinâmicas agrárias atuais e ao futuro da agricultura familiar. O primeiro aponta enfaticamente a natureza equivocada da ação estatal brasileira frente às novas dinâmicas rurais existentes desde os anos 1990. O segundo, diz respeito à situação de encurralamento e crescente inviabilização da maior parte dos estabelecimentos rurais, marcadamente os de menor porte, num ambiente produtivo fortemente pautado pela pressão concorrencial.

3. IRRELEVÂNCIA E INVIABILIDADE DA AGRICULTURA NÃO CAPITALISTA

Desde uma abordagem marxista, Germer (2002) também aponta o que considera ser a irrelevância da agricultura familiar para o emprego agrícola no Brasil e a tendência de expulsão da imensa maioria dos pequenos agricultores e assalariados rurais. Para ele o conceito de agricultura familiar, recentemente introduzido no Brasil (considera os anos 2000), é teoricamente inconsistente, sendo apenas descritivo e ideologicamente tendencioso. O autor aponta aí um problema teórico, relativo a interpretação das particularidades das formas capitalistas de produção na agricultura dos países com capitalismo desenvolvido. Ainda que com premissas distintas, aponta o mesmo que Alves e Rocha (2010) e Buainain *et al.* (2013) quanto ao futuro das unidades familiares de produção agrícola, pois considera a superioridade das unidades “empresariais desenvolvidas” ante a produção “familiar/assalariada”, que estaria, face ao desenvolvimento capitalista, fadada ao desaparecimento.

Essa perspectiva é compartilhada com Graziano da Silva (1981), para quem o progresso técnico na agricultura gera o aumento da produtividade do trabalho, tendendo com isso a gerar excedentes de mão de obra no campo e a superação das formas artesanais de produção de manufaturas, típicas das formas pré-capitalistas de produção. Na perspectiva desse autor, essas formas tendem a ser gradativamente superadas, devido ao aumento e complexificação da divisão social do trabalho, o que gera a separação das atividades artesanais e agrícolas e a separação do campo e da cidade.



Segundo Germer (2002) a maioria das empresas capitalistas desenvolvidas, no Brasil, possuem área total a partir de 100 ha, correspondendo a cerca de 10% dos estabelecimentos agrícolas. Ai reside o segmento dominante do capitalismo agrícola, tanto de caráter “familiar/assalariado”, como “empresarial desenvolvido”. Afora esse grupo, as possibilidades de sobrevivências dos demais estabelecimentos são pequenas. No outro extremo estão cerca de metade dos agricultores, em estabelecimentos de menos de 20 ha, majoritariamente assalariados ao invés de produtores de mercadorias, que estão sendo expulsos pelo desemprego tecnológico. O grupo intermediário, cerca de 30% dos estabelecimentos pequenos e médios, seriam produtores simples ou capitalistas, que serão eliminados pela concorrência, em função de área insuficiente, posição desfavorável na estrutura agroindustrial e financeira e também devido às dificuldades de se atualizar tecnologicamente.

A agricultura capitalista atual seria formada por duas categorias, uma “empresarial/familiar” e outra “empresarial desenvolvida”. A última corresponderia ao estágio mais avançado da configuração da agricultura sob condições capitalistas de produção, com as características essenciais de qualquer empresa tipicamente capitalista: produção em escala, trabalho realizado por assalariados, gestão especializada e divisão técnica do trabalho. Em que pese considerar a produção familiar também capitalista, a necessidade de manter analiticamente a diferenciação da forma “empresarial capitalista” da “empresarial familiar” se justificaria em função de existir entre elas uma distinção de grau, mas não de conteúdo.

A forma “empresarial familiar” se caracterizaria por desenvolvimento técnico e gerencial incompleto, sendo considerada uma unidade de produção capitalista incompletamente desenvolvida. Ela representaria uma forma transitória de um processo social em curso, pois a força de trabalho seria numericamente insuficiente para equiparar o trabalho individual ao trabalho social médio, a especialização produtiva pouco desenvolvida e a administração, realizada pelo capitalista, seria não especializada e pouco eficiente. A expressividade numérica dessa forma de agricultura é explicada pela existência de um bloco de interesse politicamente expressivo, que seria um elemento importante, mas não único, para explicar a existência desse grupo ao longo do tempo, pois a “evolução capitalista normal”, inescapavelmente, aniquilaria essa forma familiar de agricultura (GERMER, 2002).

Em termos históricos, Germer (2002) argumenta que a agricultura está inserida na mesma lógica da reprodução do valor e da acumulação capitalista que as modernas empresas, onde desaparecem mais produtores familiares do que sobrevivem. Além disso, os pequenos produtores “familiar/assalariado” são destruídos pelos grandes produtores



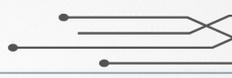
“familiar/assalariado”. Em termos de tendências longitudinais, o autor aponta que grandes e pequenos produtores “familiar/assalariado” apresentam trajetórias econômicas antagônicas, evidenciando que o caráter familiar, presente em ambas, não pode ser o elemento explicativo das diferentes trajetórias. Para ele o que explica essa diferença é o caráter capitalista mais avançado das grandes empresas “familiar/assalariada” em relação às pequenas, que nesse aspecto, iguala as grandes “familiar/assalariada” das “empresariais desenvolvidas” em suas trajetórias econômicas, sendo ambas variantes da produção capitalista no campo.

Em termos de trajetórias históricas, o desenvolvimento do capitalismo na agricultura conduziria a uma sucessão em que os empreendimentos puramente familiares seriam suprimidos pelos pequenos “familiares/assalariados”, que seriam suprimidos pelos grandes “familiares/assalariados”, que seriam suprimidos pelas “empresariais desenvolvidos”, implicando, supostamente, em êxodo rural até um nível de 5% da população rural, conforme se observa nos Estados Unidos (GERMER, 2002). Essa trajetória coincide com a apontada por Alves e Rocha (2010) e Buainain *et al.* (2013), em relação ao futuro da agricultura familiar. Assim, esses autores apontam futuro semelhante para a agricultura familiar.

Para Graziano da Silva (1981) as atividades artesanais seriam transferidas para as cidades, sendo incorporadas pela produção industrial, em função de sua superioridade técnica. Posteriormente essas atividades retornariam ao campo, todavia agora como força que subordina, segundo a lógica industrial, os processos produtivos, gerando a industrialização gradativa da agricultura, reduzindo as possibilidades para a pequena produção rural. Assim, o progresso técnico é impulsionado desde os interesses de classe, sendo o capital industrial seu protagonista, subordinando trabalho e natureza, com vistas à obtenção e ampliação dos lucros.

Portanto, na perspectiva de Germer (2002) e Graziano da Silva (1981), o futuro da agricultura familiar deve ser considerado de modo conjunto com as transformações na agricultura como um todo. Tais mudanças estão implicadas e articuladas com o movimento global do desenvolvimento histórico do capitalismo, representando uma interface analítica bastante interessante dessa abordagem, pois não desconecta as dinâmicas que impulsionam as transformações rurais dos vetores e processos de transformação geral da sociedade.

A análise de Delgado (2012) evidencia a complexa relação entre os processos de transformação no rural e a dinâmica econômica global, apontando que a transformação capitalista da agricultura aumenta a necessidade de capital de giro. A maior presença do capital nos processos de produção agrícola e agroindustrial torna crucial o papel dos bancos, em função



de possuírem virtualmente o monopólio da possibilidade de disponibilização de crédito de curto e longo prazo (DELGADO, 2012). Assim, além da indústria, também é incorporado o setor bancário, ou capital financeiro, como mais um ator desse intrincado jogo global, onde se configura a constituição das modernas equações alimentares e as possibilidades, maiores ou menores, de espaços de viabilidade para a agricultura familiar.

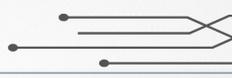
Observa-se nas abordagens de Alves e Rocha (2010), Buainain *et al.* (2013), Germer (2002) e Graziano da Silva (1981), uma narrativa em que não ganha relevo o papel de sujeito político dos agricultores familiares nas distintas arenas em que está presente. Na próxima seção, desde uma perspectiva crítica ao avanço do capital no campo, apresenta-se abordagens das transformações rurais que destacam a capacidade de agência dos agricultores, porém, diferente da abordagem marxista e neoclássica – destacadas nas seções anteriores, que apontam a inviabilidade histórica da agricultura familiar, essas abordagens sublinham o contrário, que é a grande resiliência e capacidade histórica de persistência dos camponeses.

4. ONIPRESENÇA E RESILIÊNCIA CAMPONESA

A vertente camponesa dos estudos rurais brasileiros tem como ponto de partida a crítica as visões lineares e evolutivas dos processos históricos, onde diferentes formas de vida social se sucedem ao longo do tempo e determinados atores são considerados atrasados nos processos históricos e, por isso, em vias de extinção. O campesinato é visto frequentemente dessa forma, similarmente, em certo sentido, com o que se pode perceber nas formulações de Alves e Rocha (2010), Buainain *et al.* (2013), Graziano da Silva (1981) e Germer (2002). No caso brasileiro isso é agravado, pois haveriam interpretações lastreadas em formas camponesas tipicamente medievais europeias - baseadas na polarização entre senhor-escravo e posteriormente entre capital-trabalho, analisando desde aí a conformação social brasileira, sem considerar as formas específicas do campesinato no Brasil.

Ancorada no reconhecimento da ampla heterogeneidade das formas abarcadas pela condição camponesa, essa vertente rompe com a primazia econômica e inclui a dimensão cultural como elemento fundamental no processo de construção da história social do campesinato brasileiro³. Além disso, destaca a capacidade dessa categoria socioeconômica de se adaptar as diferentes formações econômicas, o que seria evidenciado pela presença do campesinato em diversos contextos históricos. Esse amplo conjunto de formas camponesas teria

³ Um dos marcos mais importantes dessa vertente foi a publicação da História Social do Campesinato no Brasil (HSCB), composta por dez volumes, em que se apresenta ampla variedade de estudos acadêmicos que contemplam diversas configurações do campesinato brasileiro ao longo da história.

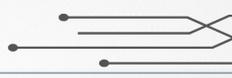


em comum as lutas pela condição de protagonistas dos processos sociais, evidenciando sua capacidade de agência como um fundamento de sua existência, constituído por produtores familiares que, em diferentes intensidades, sempre estiveram presentes na história do Brasil.

Oliveira *et al.* (2008) apontam a universalidade da presença do campesinato, em diversos tempos e espaços, evidenciando a capacidade de adaptação dos agentes e dos princípios abrangentes da forma camponesa de existir. Por isso, afirmam que a reprodução do campesinato não é resquício do passado e sim um fato social nas sociedades contemporâneas, negando, portanto, a inexorabilidade de sua decomposição, afirmando sua autonomia relativa e a capacidade de coexistência desse modo de produzir e de viver com o mundo moderno.

Todavia, ao analisar a história do Brasil e do campesinato, no âmbito da HSCB, se reconhece a permanência, a adaptação e também o desaparecimento de diversas formas camponesas. Segundo Neves e Silva (2009) alguns estudiosos têm atribuído caráter marginal e secundário as formas de produção rural assentadas na gestão e no trabalho familiar. Em perspectiva oposta e para demonstrar quanto essa forma de produção foi sustentáculo para a reprodução das condições de dominação na sociedade brasileira, esses autores destacam e caracterizam a diversidade de mecanismos de integração, dominação e conflito do campesinato com a grande produção exportadora e a agroindústria nos processos de mobilização da força de trabalho. Isso se objetiva na existência e reprodução de diferentes formas camponesas, tuteladas ao longo da história do Brasil (a exemplo das que vinculavam trabalho e moradia), com diversos mecanismos de remuneração, crédito, legitimação e repressão. Segundo essas autoras, as formas de campesinato tutelado tiveram suas bases solapadas pela incorporação do trabalho mecanizado e pelo desenvolvimento da forma de trabalho assalariada, variando em intensidade nos distintos espaços, sem significar a imediata proletarização, todavia gerando o rompimento dos vínculos de tutela até então constituídos, levando a ampla dissolução de muitas formas camponesas de existência no atual contexto.

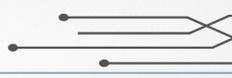
Por outro lado, considerando memória e identidade como fenômenos socialmente construídos, através da disputa de valores conflitantes entre grupos sociais, Motta e Zarth (2008) argumentam que o conjunto de estudos da HSCB são parte de um projeto que responde a amnésia social, como projeto de determinado grupo hegemônico, para a construção de uma memória apaziguadora, que consagra ao povo brasileiro a noção de passividade e apaga da memória incontáveis manifestações coletivas de rebeldia dos pobres do campo, seja nos conflitos relacionados à terra, ou das noções de justiça, frente aos supostos donos das terras. De acordo com Fernandes *et al.* (2009) uma das marcas na história brasileira a partir dos anos 1945



é o esforço de articular as lutas do campo com outras forças da política nacional e é a partir desse período que o campesinato passa a figurar como sujeito político importante e suas demandas começam a ser incluídas nos debates sobre o futuro nacional.

Os estudos apresentados na HSCB atribuem grande relevo a dimensão cultural do mundo rural brasileiro, possibilitando a expressão de heterogeneidade. Godoi *et al.* (2009a) discutem a diversidade sociocultural, considerando as construções identitárias, as sociabilidades e as estratégias de reprodução social do campesinato brasileiro em diversos territórios. Eles consideram diferentes estudos empíricos que analisaram encontros entre indígenas, quilombolas, caboclos e colonos europeus, para evidenciar a plasticidade das formas camponesas frente às transformações na sociedade em geral e frente às orientações do Estado. Partindo do pressuposto de que a esfera econômica não é a única indispensável à existência social e que a reprodução das sociedades também depende da reprodução das dimensões simbólicas, Godoi *et al.* (2009a) sustentam que os camponeses são objetivações de práticas, recusando uma definição ideal de sociedades camponesas. Essas práticas são orientadas pelos universos simbólicos dos agentes sociais, requerendo a sensibilidade etnográfica para serem captadas no conjunto da experiência social, onde ideias e práticas, política e economia não compõem domínios estanques. Assim, ganha relevo temas como as trocas materiais e imateriais, as relações de reciprocidade, os eventos festivos, a religiosidade e a magia, a oralidade e a memória, parentesco, vizinhança, alimentação, as cosmologias e as identidades, revelando como esses elementos são construtores de significados e ordenadores das dinâmicas sociais das comunidades camponesas, que se transformam e atualizam mais ou menos intensamente, englobando e extrapolando as questões econômicas.

Entre as diversas estratégias de reprodução social adotadas pelos camponeses Godoi *et al.* (2009b) destacam os sistemas de uso comum da terra e dos recursos naturais (faxinais, fundos de pasto, terras de parentalha e quilombolas), por meio da cooperação ampliada e do controle comunitário, mediante regras estabelecidas nesses territórios, não necessariamente em plena concordância com os dispositivos legalmente constituídos. Essas territorialidades também operam como delimitadoras de identidades, especialmente em situações de conflito quanto ao uso da terra e dos recursos naturais. Também ganha destaque as múltiplas estratégias camponesas para a geração de renda monetária (artesanato, pequeno comércio, agroindústria, etc.), a intensificação e ou diversificação produtiva, a coexistência de princípios de mercado com aspectos relacionados a antigos sistemas de aviação, diferentes modalidades de migração, além dos arranjos matrimoniais e as formas de sucessão e herança.

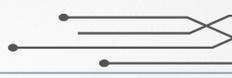


Segundo Fernandes *et al.* (2009), foram diversas as formas em que o campesinato apareceu no espaço público e também as demandas e antagonismos em que os camponeses se envolveram no Brasil ao longo do tempo. De forma recorrente, sugerem os autores, as contendas camponesas levadas a cabo até metade do século XX, foram desenvolvidas por grupos e lutas localizadas, não conseguindo alcançar uma articulação capaz de produzir uma linguagem de classe. Na passagem para a segunda metade desse mesmo século avança um processo de articulação dessas pontuais, dispersas e recorrentes contendas, constituindo bandeiras gerais de luta, que se sintetizavam na reivindicação de transformações fundiárias (forte ênfase na reforma agrária) e por direitos trabalhistas, marcando a emergência da identidade política camponesa, muitas vezes mediada por partidos, sindicatos ou igrejas.

É nesse contexto de transformações, marcadamente entre os anos 1960 – 1980, que se desenrolam as discussões envolvendo distintas concepções de desenvolvimento e projetos para a agricultura, marcadas por significativa polissemia, a exemplo do sentido da reforma agrária, sendo vista de diversos modos, desde condição para expansão do capitalismo, até como etapa para a revolução socialista. O fundamental desse período é ampliação da articulação desses conflitos, até então dispersos e a visibilidade que alcançam, que se retroalimenta com as discussões em curso entre as distintas concepções e perspectivas de desenvolvimento e seus desdobramentos para o campo. Os autores apontam a grande heterogeneidade de personagens e a variedade de formas organizativas constituídas nos processos de luta contra grileiros, fazendeiros, empresas agropecuárias, senhores de engenho, ou mesmo o enfrentamento as políticas públicas que os expropriavam, ora afirmando a legislação, ora sustentando o direito costumeiro contra ela, resistindo a repressão e renascendo de suas heranças, apoiados por uma infinidade de mediadores, como parte do processo histórico de emergência política do campesinato no Brasil.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em que pese o limite representado pela pouca densidade da consideração das questões econômicas em sua análise, tão proeminente nas duas primeiras correntes apresentadas e das fragilidades analíticas na necessária conexão entre os estudos de grupos locais e as dinâmicas de transformação geral na sociedade, pode-se destacar como importantes elementos aportados pela vertente camponesa: a evidenciação da capacidade de agência dos agricultores, a grande diversidade de configurações produtivas e culturais de seus personagens, sua capacidade de resiliência e adaptação frente as mais diversas forças que lhe cerceiam, ou ameaçam o futuro



de sua existência e também as cambiantes estratégias, no tempo e no espaço, desenvolvidas por esses sujeitos no esforço de viabilizar sua reprodução.

Por outro lado, como limite da vertente camponesa, destaca-se certa resistência à delimitação conceitual do campesinato em termos mais amplos, que possibilitasse análises de caráter totalizador frente à sociedade global, estando essa abordagem circunscrita a densos estudos empíricos, que colocam em evidência a diversidade, mas que secundarizam a constituição de conceitos abrangentes que permitam confrontar as trajetórias históricas dos grupos específicos frente aos elementos de caráter estrutural que incidem, em maior ou menor grau, sob suas trajetórias. Além disso, parece problemática a ideia da absoluta onipresença camponesa, que subjaz alguns de seus argumentos, indiferente aos desdobramentos futuros das contendas em curso, o que remete a viés determinista.

Como limites das duas primeiras abordagens também pode-se apontar, em termos gerais, a presença de um viés determinista em relação ao futuro de parte significativa dos agricultores. Considera-se insuficientes os procedimentos classificatórios adotados, em que pese a relevância dos dados produzidos com base em tipologias fundadas no volume da produção e na área das unidades de produção. Esses procedimentos parecem suficientes para a descrição de uma situação dada, mas insuficientes para captar os processos históricos geradores dessa situação. Isso é especialmente importante nos trabalhos que buscam o estabelecimento de tipologias para analisar as distintas trajetórias históricas e ponderar seus desdobramentos entre agricultores familiares. Por outro lado, não se pode desconhecer, como contribuição da primeira corrente, a explicitação do fenômeno da concentração produtiva e do baixo volume de produção de grande número de estabelecimentos rurais.

Em relação à abordagem marxista, considera-se atual e necessária a ponderação das dinâmicas de reprodução dos agricultores de forma articulada com as dinâmicas gerais de acumulação do capital, o que implica na consideração dos processos gerais de transformação social para a adequada apreciação das mudanças históricas na agricultura. Por outro lado, não se compartilha da ideia de absoluta inexorabilidade da decomposição das formas familiares de produção frente o avanço das formas mais empresariais, de grande porte ou capitalista.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo, Hucitec, Anpocs. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

ALVES, E.; ROCHA, D. P. Ganhar tempo é possível. *In*: GASQUES, J; VIEIRA FILHO, J. E. R.; NAVARRO, Z. **A agricultura brasileira: desempenho recente, desafios e perspectivas**. Brasília: IPEA/MAPA, 2010. p. 275 – 291.

BUAINAIN, A. M. *et al.* Sete teses sobre o mundo rural brasileiro. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, ano 22, n. 2, p. 105-121, abr./maio./jun. 2013. Disponível em: <<https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/311>>. Acessado em: Maio, 2022.

DELGADO, G. C. **Do capital financeiro a economia do agronegócio**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2012.

FERNANDES, B. M. *et al.* Introdução. *In*.: FERNANDES, B. M; MEDEIROS, L. S. de; PAULILO, M. I. (Orgs.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas**, v. 1, O campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980. São Paulo: Editora da UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2009.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV; Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA. **Quem produz o que no campo: quanto e onde II: censo agropecuário 2006: resultados: Brasil e regiões**. Brasília: FGV, 2010, 192 p.

FRANÇA, C. G. *et al.* **O censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil**. Brasília: MDA, 2009. 95 p. Disponível em: <<http://www.nead.gov.br/portal/nead/nead-debate/>>. Acesso em: Out, 2015.

GERMER, C. M. A irrelevância prática da agricultura ‘familiar’ para o emprego agrícola. **Reforma Agrária**, v. 31, nº 1, jan/abr, p. 47-62, 2002. Disponível em: <<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemerolt&pagfis=13189>>. Acessado em: Abril, 2022.

GODOI, E. P. *et al.* Introdução. *In*.: GODOI, E. P.; MENEZES, M. A.; MARIN, R. A. (Orgs.). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias**, v. 1, Construções identitárias e sociabilidades. São Paulo: Editora da UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2009a. p. 23-36.

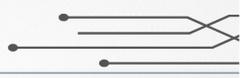
GODOI, E. P. *et al.* Introdução. *In*.: GODOI, E. P.; MENEZES, M. A.; MARIN, R. A. (Orgs.). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias**, v. 2, Estratégias de reprodução social. São Paulo: Editora da UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2009b. p. 23-35.

GRAZIANO DA SILVA, J. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura**. São Paulo: HUCITEC, 1981.

GUANZIROLI, C. *et al.* Dez Anos de Evolução da Agricultura Familiar no Brasil: (1996 e 2006). **RESR**: Piracicaba-SP, v. 50, n. 2, p. 351-370, Abr/Jun 2012. Disponível em: <<https://www.revistasober.org/article/doi/10.1590/S0103-20032012000200009>>. Acessado em: Maio, 2022.

INCRA/FAO. **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto**. Brasília: INCRA/FAO, 2000.

MOTTA, M.; ZARTH, P. Conflitos de terras: memórias e histórias de um passado. *In*.: MOTTA, M.; ZARTH, P. (Orgs.). **Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história**, v. 1, Concepções de justiça e resistência nos Brasis. São Paulo: Editora da UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2008.



NEVES, D. P.; SILVA, M. A. de M. Introdução. *In.*: NEVES, D. P.; SILVA, M. A. de M. (Orgs.). **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil**, v. 1, formas tuteladas de condição camponesa. São Paulo: Editora da UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2009.

NIEDERLE, P. A. *et al.* A pesquisa sobre Agricultura Familiar no Brasil – aprendizagens, esquecimentos e novidades. **RESR**, Piracicaba - SP, v. 52, Supl. 1, p. S009-S024, 2015. Disponível em: < <https://www.revistasober.org/journal/resr/article/doi/10.1590/S0103-20032014000600001> >. Acessado em: Maio, 2022.

OLIVEIRA, A. U. *et al.* Apresentação à coleção história social do campesinato no Brasil. *In.*: MOTTA, M.; ZARTH, P. (Orgs.). **Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história**, v. 1, Concepções de justiça e resistência nos Brasis. São Paulo: Editora da UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2008.

SCHNEIDER, S. Da crise da sociologia rural à emergência da sociologia da agricultura: reflexões a partir da experiência norte-americana. **Cadernos de Ciências e Tecnologia**, Brasília, v. 14, p. 225-256, 1997. Disponível em: < <https://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/8970> >. Acessado em: Abril, 2022.

VEIGA, J. E. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica**. São Paulo: HUCITEC, 1991.